

abpi.empauta.com

Brasília, 20 de janeiro de 2026 às 07h56

Seleção

Sumário

Migalhas

Práticas inovadoras do franchising em 2026: Novo padrão de excelência	3
---	---

Terra - Notícias

Salários de até R\$ 37 mil: confira os concursos públicos de 2026	6
---	---

Práticas inovadoras do franchising em 2026: Novo padrão de excelência



Em 2026, franquias líderes não crescem por impulso, mas por estrutura. Governança, dados, contratos inteligentes e proteção de ativos definem quem realmente escala com segurança.

Práticas inovadoras do franchising em 2026: O novo padrão de excelência Lucas Hernandez do Vale Martins Em 2026, franquias líderes não crescem por impulso, mas por estrutura. Governança, dados, contratos inteligentes e proteção de ativos definem quem realmente escala com segurança. segunda-feira, 19 de janeiro de 2026

Atualizado às 10:30

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O franchising brasileiro consolida-se, em 2026, como um dos segmentos mais sofisticados do ambiente empresarial.

A expansão territorial deixa de ser o objetivo central e passa a ser consequência natural de uma arquitetura jurídica e econômica bem estruturada.

Redes maduras compreendem que crescimento sustentável depende da combinação entre governança, inteligência de dados e proteção efetiva de seus ativos intangíveis.

1. COF como instrumento estratégico de valuation

A Circular de Oferta de Franquia evoluiu para muito além de um requisito legal previsto na lei de

franquias.

Em 2026, a COF é concebida como verdadeiro dossiê estratégico da rede, reunindo informações que permitem avaliar a solidez financeira da franqueadora, o histórico de rotatividade de franqueados, índices reais de sucesso das unidades e eventuais contingências ocultas.

Em processos de captação de recursos, venda de participação societária ou reorganizações internas, a COF passa a ser utilizada como base para auditorias jurídicas e financeiras, influenciando diretamente o valuation da marca.

2. Estruturas societárias híbridas e SPEs por cluster regional

A expansão pulverizada, por meio de contratos isolados, vem sendo substituída por modelos mais robustos de organização societária.

Franchisings estruturados criam holdings operacionais, sociedades de propósito específico por região e veículos de investimento dedicados a clusters geográficos.

Essa engenharia societária permite planejamento sucessório eficiente, segregação patrimonial entre marcas, redução de exposição a riscos trabalhistas e consumeristas e maior previsibilidade tributária, além de facilitar a entrada de investidores estratégicos.

3. Data Analytics aplicado à performance jurídica da rede

O jurídico deixa definitivamente de ser centro de custo para se tornar núcleo de inteligência.

Sistemas integrados de análise de dados permitem cruzar informações sobre perfil de franqueados, localização das unidades, tempo médio de maturação, frequência de litígios, índices de distrato e padrões de inadimplência.

Esses relatórios passam a orientar decisões de expansão, aprovação de novos franqueados e renegociação de contratos, reduzindo drasticamente a judicialização e os custos ocultos da operação.

4. Proteção ampliada do patrimônio imaterial

O valor real de uma franqueadora está cada vez menos nos ativos físicos e cada vez mais em seu patrimônio imaterial.

Manuais operacionais, métodos de venda, fluxos internos, sistemas de treinamento, algoritmos, prompts de inteligência artificial e bases de dados passam a ser formalmente protegidos por registros de software, contratos de cessão e licenciamento, políticas de confidencialidade e mecanismos rigorosos de compliance.

A **propriedade intelectual** deixa de ser mera formalidade e assume papel central na geração de valor e na defesa competitiva da marca.

5. Contratos inteligentes e execução específica

Os contratos de franquia de 2026 incorporam cláusulas dinâmicas, estruturadas para prevenir litígios e garantir efetividade prática.

Prevê-se a suspensão automática de direitos em caso de inadimplemento grave, bloqueio de sistemas, travas de expansão territorial e mecanismos claros de execução específica das obrigações, reduzindo a dependência de longos processos judiciais.

O contrato deixa de ser um instrumento passivo e passa a operar como ferramenta viva de governança.

6. Compliance como diferencial competitivo

Programas estruturados de compliance tornam-se critério decisivo para a atratividade da rede.

Políticas internas claras, canais de denúncia independentes, auditorias periódicas e cultura de integridade reduzem significativamente riscos regulatórios, trabalhistas e reputacionais.

Redes que investem em compliance passam a ser preferidas por fundos de investimento e parceiros internacionais, elevando o padrão de profissionalização do franchising nacional.

7. Due diligence contínua dos franqueados

A análise de perfil não se limita mais ao momento da assinatura do contrato.

Redes maduras instituem processos de due diligence recorrente, com verificação periódica de regularidade fiscal, trabalhista, reputacional e financeira dos franqueados, prevenindo a contaminação sistêmica da marca por unidades problemáticas.

8. Modelos de remuneração variável e earn-out jurídico-operacional

Os contratos passam a prever estruturas de royalties e taxas vinculadas a indicadores reais de desempenho, com mecanismos de earn-out e step-in rights da franqueadora em caso de queda de performance.

Essa lógica aproxima franqueador e franqueado, substituindo relações conflituosas por alianças estratégicas orientadas a resultado.

9. Tokenização de direitos econômicos e captação privada

Algumas redes avançam na estruturação de veículos de investimento lastreados em direitos econômicos futuros, como royalties e taxas de franquia, permitindo captação privada de recursos sem diluição societária direta.

Embora ainda incipiente, essa prática inaugura nova fronteira de financiamento do franchising.

10. Internacionalização com governança regulatória integrada

A expansão internacional deixa de ser meramente contratual. Franqueadoras estruturam holdings fora do país, contratos espelhados por jurisdição, políticas unificadas de proteção de marca e sistemas de compliance compatíveis com múltiplos ordenamentos, mitigando riscos de bloqueio de remessas, conflitos regulatórios e disputas transnacionais.

11. Gestão ativa de contingências e provisões

A administração jurídica passa a atuar de forma integrada com as áreas financeira e de controladoria para monitorar, reavaliar e baixar provisões conforme a efetiva probabilidade de perda, alinhando-se ao CPC 25 e melhorando significativamente a percepção de solvência e governança da rede.

12. Assinatura eletrônica e rastreabilidade contratual integral

Contratos deixam de circular em arquivos dispersos. Plataformas integradas de assinatura eletrônica, versionamento e trilhas de auditoria passam a ser padrão, conferindo segurança jurídica, rastreabilidade probatória e agilidade operacional, inclusive em disputas judiciais e arbitrais.

Esses movimentos revelam que o franchising de 2026 se constrói sobre arquitetura jurídica sofisticada, com contratos vivos, dados como insumo estratégico e proteção intransigente do patrimônio invi-

sível.

Se faz necessário edificar sistemas empresariais resilientes, preparados para escala, investimento e sucessão.

Conclusão - quando o jurídico deixa de ser custo e passa a ser ativo

O franchising de 2026 não admite improviso.

Redes que pretendem crescer com segurança precisam de muito mais do que contratos padronizados: exigem arquitetura societária inteligente, proteção efetiva do patrimônio invisível, governança de dados, compliance real e instrumentos de enforcement capazes de operar na prática.

Nesse contexto, escritórios que compreendem o franchising como plataforma empresarial, e não apenas como relação contratual, tornam-se parceiros estratégicos das franqueadoras.

A atuação passa a integrar estruturação societária, desenho de SPEs, engenharia contratual com execução específica, proteção de **propriedade intelectual**, gestão de contingências e uso de inteligência artificial para leitura preditiva de riscos.

É justamente nessa interseção entre Direito, dados e estratégia que é necessário que um escritório de alto valor se posicione: assessorando redes que desejam profissionalizar sua expansão, reduzir judicializa-

ção, aumentar valuation e preparar-se para captação de investimentos e sucessão empresarial, sempre com contratos robustos, governança efetiva e visão de longo prazo.

Lucas Hernandez do Vale Martins Pós-Graduado pela FGVLaw em Processo Civil. Especialista em Contract Law - Harvard Law School. Advogado Societário e Empresarial com projeção Internacional. Relator do Tribunal de Ética da OAB/SP

Salários de até R\$ 37 mil: confira os concursos públicos de 2026



O ano começa com vagas abertas para juiz federal no TRF 2 e para analista e técnico da Câmara dos Deputados

2026 começa com editais de concursos públicos para vagas de salários de até R\$ 37 mil.

Entre os certames nacionais de maior destaque está o de juiz federal substituto do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), e de analista e técnico na Câmara dos Deputados.

O professor do Estratégia Concursos e auditor fiscal da Receita Federal, Bruno Bezerra, diz que alguns dos concursos mais esperados para 2026 são o do INSS, da Petrobras e do Banco do Brasil. De acordo com informações do Estratégia Concurso, os órgãos pediram autorização para realizar os certames. Procurados pela reportagem, os três não confirmaram ou negaram a informação.

Alguns órgãos, porém, disseram ter pedido autorização ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para realizar o processo. É o caso da Controladoria Geral da União (CGU), que informou a solicitação de concurso para vagas de auditor federal de finanças e controle e de técnico federal de finanças e controle, mas não forneceu mais detalhes.

O Ministério de Minas e Energia também disse ter pedido autorização para preencher vagas no nível Médio e Superior no ciclo de 2026. Em relação à quantidade de vagas, a pasta afirmou apenas que o número foi solicitado com base no "déficit de pessoal atualmente identificado no âmbito do MME".

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** aguarda autorização desde abril de 2025 para realizar concurso e preencher 465 vagas, sendo 55 para o cargo de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em **Propriedade Industrial**, 254 para Pesquisador em **Propriedade Industrial** e 156 para Tecnologista em **Propriedade Industrial**.

O professor do Gran Concursos, Eduardo Cambuy, ressalta que este deverá ser o ano dos concursos de tribunais e assembleias estaduais, já que o prazo dos certames anteriores está chegando ao fim.

Como o ano é de , há a tendência de uma estagnação na realização de concursos entre setembro e novembro, já que os órgãos podem estar voltados para as , avalia Cambuy.

Durante o período de campanha eleitoral, os concursos públicos não são proibidos, mas não pode haver convocação de aprovados, a menos que o processo já tenha sido homologado, ou seja, que tenha sido reconhecido como concluído e válido.

Veja abaixo os concursos abertos.

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Inscrição: FGV

Prazo para inscrição: de 22 de dezembro até às 16h de 22 de janeiro

Número de vagas: 27

Salário: R\$ 37.756,55

Data da primeira prova: 12 de abril de 2026

O concurso envolve cargo de juiz federal substituto do TRF 2ª Região e será realizado por meio de prova objetiva, discursiva, oral e de títulos. Para ser elegível à vaga, o candidato precisa ser bacharel de Direito há, pelo menos, três anos e ter no mínimo de três anos de experiência em atividades jurídicas.

Confira o edital.

Sebrae

Inscrição: Cebraspe

Prazo para inscrição: de 14 de janeiro até às 18h de 23 de janeiro

Número de vagas: 3

Salário: de R\$ 9.658,84 a R\$ 15.967,04

Data da primeira prova: 15 de março de 2026

As vagas disponíveis são para analista técnico de projetos, analista técnico de educação e analista técnico de arquivologia em regime de trabalho híbrido em Brasília. O processo seletivo consiste em uma prova objetiva com uma questão discursiva, além de análise do currículo e entrevista.

Confira o edital.

Sebrae

Inscrição: Cebraspe

Prazo para inscrição: de 14 de janeiro até às 18 de 23 de janeiro

Número de vagas: 1

Salário: R\$ 4.420,6

Data da primeira prova: 15 de março

Esse processo seletivo é exclusivo para Pessoas com Deficiência e preenche o cargo de assistente PcD. A vaga requer Ensino Médio completo e experiência mínima de seis meses em rotinas administrativas ou financeiras. O processo seletivo envolve uma prova objetiva, com uma questão discursiva, análise curricular e entrevista.

Confira o edital.

Câmara dos Deputados

Inscrição: Cebraspe

Prazo para inscrição: de 05 de janeiro até às 18h de 26 de janeiro

Número de vagas: 70

Salário: de R\$ 21.008,19 até R\$ 30.853,99

Data da prova: 8 de março

O processo seletivo visa preencher 35 vagas de analista legislativo e 35 para técnico legislativo. Ambos cargos requerem graduação em qualquer área. A aplicação das provas ocorrerá nas 26 capitais do país e no Distrito Federal. Ao todo, serão duas provas objetivas e uma discursiva.

Confira o edital.

Marinha

Inscrição: site de cada Distrito Naval

Prazo para inscrição: até 27 de janeiro

Número de vagas: 794

Salário: de R\$ 2.792,7 até R\$ 3.835,42

Data da primeira prova: 15 de março de 2026

A marinha abriu 794 vagas de praças temporários em nove Distritos Navais do país. As vagas englobam duas graduações: marinheiro especializado (para candidatos com Ensino Fundamental) e cabo (para candidatos com nível médio técnico). O concurso tem um limite de idade de 41 anos.

Os cargos deverão abarcar diferentes áreas, como saúde, apoio, administração e industrial.

A primeira etapa do processo consiste em prova objetiva, seguida por prova de títulos, verificação de dados bibliográficos, verificação documental, inspeção de saúde e o teste de aptidão física.

Os aprovados, porém, não começam com salários de até R\$ 3.800, já que entram na marinha como Grumetes e recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 1.398,3. Se concluírem a etapa de estágio, são promovidos a um dos dois cargos.

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Inscrição: Fundação Carlos Chagas

Prazo para inscrição: de 15 de dezembro até 23h59 de 28 de janeiro

Número de vagas: 30

Salário: R\$ 35.659,8

Data da primeira prova: 22 de março

O concurso se destina ao ingresso na carreira de defensor público estadual e requer bacharelado em Direito, além de atividade jurídica de no mínimo três anos. A seleção conta com prova objetiva, discursiva, oral e de títulos.

Confira o edital.

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Inscrição: FGV

Prazo para inscrição: De 5 de janeiro até 23h59 de 30 de janeiro

Número de vagas: 152

Salário: De R\$ 11.464,35 a R\$ 19.107,31

Data da primeira prova: 29 de março

A Ebserh abriu 152 vagas com cargos lotados em 25 estados do país, inclusive no Distrito Federal. Entre as especialidades buscadas pelo concurso, estão anestesiologia, alergia e imunologia e cardiologia.

Infra S.A

Inscrição: Cebraspe

Prazo para inscrição: de 16 de janeiro até às 18h de 4 de fevereiro

Número de vagas: 65

Salário: R\$ 10.800,82

Data da primeira prova: 15 de março de 2026

A empresa pública de projetos para o setor de transportes abriu concurso para vagas de analista em diversas especialidades, como biologia, contabilidade, economia e geologia. As vagas são para trabalhar na sede da empresa, em Brasília. O processo seletivo é dividido entre duas provas objetivas e uma discursiva.

Confira o edital.

Corpo de Fuzileiros Navais

Inscrição: presencial. Endereços disponíveis no edital

Prazo para inscrição: de 15 de dezembro até 23h59 de 6 de fevereiro

Número de vagas: 40

Salário: até R\$ 6.975,59

Data da prova: A ser definida

O concurso distribui vagas de sargentos músicos. Mas os aprovados precisarão completar dois cursos de formação antes de chegar ao salário de quase R\$ 7 mil. Para ser elegível ao cargo, o candidato deve ter menos de 25 anos no dia 30 de junho de 2027 e ter concluído ou estar em fase de conclusão do Ensino Médio.

O processo seletivo tem das seguintes etapas: exame de escolaridade, prova prática de músicas, verificação de dados biográficos, inspeção de saúde, teste de aptidão física de ingresso e avaliação psicológica,

Confira o edital.

Como se preparar? Bruno Bezerra destaca que o primeiro passo é definir em qual área o candidato gostaria de prestar o concurso, se é para a fiscal, polici-

al ou administrativa, por exemplo. Isso porque as matérias tendem a se repetir.

"É comum a pessoa fazer uma prova e não conseguir uma aprovação logo no primeiro certame. E aí depois ela já sai para outros concursos com conhecimento acumulado", explica Bezerra.

Também vale começar a preparação antes da publicação do edital, recomenda Bezerra, em razão do alto volume de conteúdo. Nesse caso, o candidato pode se basear no edital do último certame.

Depois de definir em que área deseja atuar, o concurseiro deve montar um plano de estudos e definir a quantidade de horas que irá estudar por dia. É importante incluir no plano de estudos um tempo para revisões e resolução de questões anteriores.

Para os candidatos que têm de conciliar os estudos com o trabalho, a organização precisa ser ainda maior. Um conselho que Bezerra dá para esses

casos é tentar cumprir parte da meta de estudo antes do trabalho, "porque aí você tá com a cabeça descansada e vai conseguir render mais".

Outra possibilidade é adiantar conteúdo no transporte para o trabalho ou durante o horário de almoço. Ele destaca que, para esses perfis, conteúdos em áudio podem ser úteis. O candidato também pode compensar as horas não estudadas dos dias de trabalho aos fins de semana.

Na hora da prova, uma dica do professor para administrar o nervosismo é ter em mente que aquilo não é o processo seletivo de sua vida e que haverá outras oportunidades. "O concurseiro tem que ir com a mentalidade de que ele fez o melhor, o que estava ao alcance dele e o resultado vai ser consequência", aconselha Bezerra.

Eduardo Cambuy acrescenta que realizar simulados também ajuda a lidar com o nervosismo. "E aí, quando chegar na prova, não tem mistério. Você já praticou aquilo ali mil vezes, é só repetir a prática", diz.

Ele também considera importante ajustar a expectativa com a realidade, o que significa planejar os estudos com base nas horas em que têm disponível. "Se eu tiver uma meta fora do que eu consigo, eu quebro minha rotina, eu fico mais ansioso, mais estressado, eu desisto mais cedo, fico desmotivado", explica.

O mesmo vale na hora de escolher para qual vaga se candidatar. É importante que o concurseiro verifique para quais certames é competitivo, de forma que a aprovação não demore tanto. Segundo Cambuy, as vagas menos competitivas podem ser uma maneira de acessar benefícios da carreira no setor público para, então, avançar para outros cargos.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	4,5,6,7
Propriedade Industrial	4,5,6,7
Propriedade Intelectual	1,2,3